

1 CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS - CTCOB
 2 ATA DA 43ª REUNIÃO

3
 4 Data: 17 e 18 de julho de 2006

5 Local: Ministério das Minas e Energia- Brasília

6
 7 PARTICIPANTES:

- 8 ■ Ministério da Integração Nacional: Paulo R. Soares Jr. (paulorsjunior@yahoo.com.br)
- 9 ■ Ministério do Meio Ambiente-MMA – ANA: Wilde C. Contijo- (wilde@ana.gov.br)
- 10 ■ Ministério do Meio Ambiente-MMA: Rodrigo Speziali (Rodrigo.carvalho@mma.gov.br)
- 11 ■ Ministério da Agricultura-MAPA: Eduardo Cadavid (educa@sede.embrapa)
- 12 ■ Ministério das Cidades – Soraia Fucina Amaral- (soraia.amaral@cidades.gov.br)
- 13 ■ Ministério das Minas e Energia – Gualter Carvalho Mendes-
 14 (Gualtermendes@mme.gov.br)
- 15 ■ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- PR/MT- Enéas Souza Machado
 16 (eneas@pr.gov.br)
- 17 ■ Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Décio Michellis Júnior
 18 (decio.michellis@gruporede.com.br)
- 19 ■ Usuário/Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento
 20 Sanitário- Elizabeth Costa de Oliveira- (liza.rj@terra.com.br)
- 21 ■ Usuário/Irrigantes - Jairo dos Santos Lousa- (jairolousa@yahoo.com.br)
- 22 ■ Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo - Wilson de Azevedo Filho
 23 (azefilho@hotmail.com)
- 24 ■ Comitês de Bacias Hidrográficas- Dalto Favero Brochi(dalto.favero@agua.org.br)
- 25 ■ Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas- Donizete Tokarski
 26 (donizete@ecodata.org.br)
- 27 ■ Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa- Jaildo Santos Pereira-(jaildo@yahoo.com)

28
 29 CONVIDADOS:

- 30
- 31 ■ Jerônimo Domingos Bernardes- (jeronimo.bernardes@mme.gov.br)
- 32 ■ Lincoln Corrêa Curado- (lincolncurado@terra.com.br)
- 33 ■ Rutelly Marques da Silva- (Rutelly.silva@fazenda.gov.br)
- 34 ■ Adriana Trojan- (adriana.trojan@aes.com)
- 35 ■ Demetrios Christofidis- (demetriosugpo2002@yahoo.com.br)
- 36 ■ Suellen Bessoni Paz – (suellen@ecodata.org.br)
- 37 ■ José Luiz Scroccaro -(josescroccaro@pr.gov.br)
- 38 ■ Walder Suriani- (aesbe@aesbe.org.br)
- 39 ■ Oneida Freire- (segmentos@turismo.gov.br)

40
 41 ■ RELATORIA:

- 42 ■ Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH / MMA – Tel.: (61) 4009-1809
 43 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

44
 45 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

46 No dia 18 de Julho, do ano dois mil e seis, com início às 09h50min, a Câmara Técnica de
 47 Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
 48 – CNRH realizou sua 43.ª reunião em Brasília convocada há doze dias, sob a presidência do
 49 senhor Décio Michellis Júnior, tendo como relator o senhor Ednaldo Mesquita Carvalho com a
 50 presença de 14 dos seus membros e 10 convidados. *Item 1- Informes e aprovação da ata da 42ª*
 51 *reunião da CTCOB-* Inicialmente, o Presidente da CTCOB deu as boas vindas a todos e

52 imediatamente passou para o *Item 1 da pauta: Informes e aprovação da Ata da 42ª reunião da*
53 *CTCOB*- Como primeiro informe, usou a palavra o Sr. Gualter, o anfitrião naquela
54 oportunidade, que em nome do MME saudou a todos, em seguida fez correlações importantes
55 sobre as fontes para produção de energia e a água. Especificamente sobre o biodiesel, foi dito
56 que testes estão sendo feitos com o combustível, com incorporação de 2% a 5% no diesel, para
57 assim buscar uma redução de exportações, o bio-combustível, na opinião do Sr. Gualter poderá
58 dar de fato ao país, a auto suficiência em termos de importação do petróleo. Complementando, o
59 Sr. Décio disse que a situação do Brasil é privilegiada em termos de biomassa e derivados do
60 petróleo. O Sr. Ednaldo informou que o atual grupo de membros da CTCOB encerram seu
61 mandato de dois anos no dia 31/07/06. Consultas já foram feitas aos conselheiros e uma nova
62 composição da Câmara deverá ser encaminhada pela CTIL na próxima reunião plenária do
63 CNRH. Comunicou que na próxima reunião da CT além de se contar com uma nova
64 composição, deverá ser eleito o novo presidente. Ainda nos informes, o Presidente da CTCOB
65 elogiou o trabalho elaborado pela Agência PCJ, relacionado à Cobrança, registrou que o mesmo
66 foi elaborado em linguagem didática e objetiva. O Sr. Dalto, do PCJ, agradeceu elogios
67 recebidos relativos ao trabalho preparado para reunião com a ASSEMAE. Aproveitou para
68 divulgar e informar sobre a evolução da implementação da Cobrança nas bacias PCJ. Informou
69 que até o mês de junho haviam sido arrecadados com a cobrança R\$5.1 milhões de reais e que
70 haviam sido repassados e contratados R\$4,3 milhões de reais, para implementação de 16
71 projetos. Para o ano de 2006 estão sendo estimados a arrecadação de R\$10 milhões de reais. O
72 Sr. Rodrigo Speziali deu informes a respeito do PNRH. Vinte e sete reuniões foram feitas nos
73 diversos Estados, como retorno do PNRH sobre os cadernos setoriais, foi dito que os mesmos
74 estão sendo consolidados para disponibilização. Em setembro, possivelmente, serão feitas as
75 reuniões com as 12 Comissões Executivas Regionais-CERs. Complementando, o Sr. Rodrigo
76 comunicou que estão sendo contactados consultores para a etapa e detalhamento dos 13 macro
77 programas. O Sr. Décio aproveitou para ponderar que o PPA deveria abrigar os programas
78 contidos no PNRH, nesta costura deste pacto social. Perguntou a todos sobre qual deveria ser o
79 papel da Cobrança e CTCOB. Entende que a cobrança pode e deve dar sua parcela de
80 contribuição à implementação do PNRH, achava que a Câmara deveria, nos próximos meses,
81 definir o seu próprio papel neste processo. Acredita que com o detalhamento dos programas será
82 possível definir melhor este papel a ser desempenhado. Em seguida, sem nenhuma mudança, a
83 ata da 42ª reunião da Câmara foi aprovada por todos.- *Item 2- Análise de proposta de resolução*
84 *que regulamenta o Parágrafo 4º do Art. 21 da Lei n.º 9.984.* - Por solicitação do Sr. Décio, o
85 relator da CTCOB fez retrospectiva do que ocorreu nos últimos 12 meses a respeito do assunto.
86 Foi dito que uma proposta de resolução foi até a plenária do CNRH e após pedido de vistas a
87 mesma retornou à CTIL e aquela Câmara solicitou formalmente à CTCOB em 18/04/2005, o
88 aprofundamento da questão. Substitutivos foram feitos pelas Conselheiras Cristina Yuan, e
89 Patricia Boson, pela técnica da ANA, Sra. Anna Flávia, e pelo Sr. Décio. Posteriormente, o
90 próprio presidente da CTCOB fundiu todas estas propostas em um único substitutivo que naquela
91 oportunidade seria trabalhado. O Sr. Décio lembrou que aquela proposta de resolução deveria
92 propor prazos compatíveis com o ritmo orçamentário, deveria estabelecer um rito permanente e
93 harmônico com o processo de construção do orçamento da União. O que se pretende, portanto, é
94 o fortalecimento de uma rotina de troca de informações entre o CNRH, os Estados e os Comitês
95 de Bacia de Rios de domínio da União. Sobre a sugestão da Conselheira Patrícia, de transformar
96 a proposta de resolução elaborada pelo Sr. Décio em duas, sendo uma apenas com os indicadores
97 da Cobrança, foi dito que a sugestão não se aplica porque o que se propõe é apenas mostrar a
98 importância dos indicadores sem detalhá-los. Ainda lembrando, disse o presidente da
99 CTCOB que foi enviado a todos os membros da CT um formulário, recomendando que em caso
100 de sugestões à proposta de resolução, este fosse utilizado para formalização. Registrou que foi
101 recebida apenas uma sugestão, encaminhada pelo Sr. Francisco Martinez Júnior. Ainda em
102 termos de retrospectiva, o Presidente da CTCOB lembrou que para os recursos da fonte 116,

103 decorrentes da cobrança “condominial”, a responsabilidade para o estabelecimento de prioridades
104 é uma questão interna dos Comitês, já no que diz respeito às receitas apropriadas à fonte 134,
105 decorrente da cobrança do setor elétrico, as prioridades para a aplicação destes recursos serão
106 estabelecidas pelo CNRH, ouvindo os respectivos comitês. Comentou ainda o Sr. Décio que hoje
107 não há nenhuma imposição para que estes recursos retornem à bacia que os arrecadou, cabendo
108 ao CNRH o estabelecimento das prioridades para a sua aplicação. Explicou o Presidente da
109 CTCOB, em resposta ao Sr. Dalto, que existe sim a possibilidade dos Comitês solicitarem os
110 recursos arrecadados na bacia, mas com a resolução em questão o que se pretende é o
111 estabelecimento de um fluxo, um canal de comunicação entre Conselhos Estaduais, Comitês de
112 Bacia em Rios de domínio da União e o CNRH. O Sr. Wilson opinou, dizendo que a questão é
113 delicada, comentou que quando a ANA foi criada, havia disponibilidade de recursos para a
114 implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Nos dias atuais, complementou, a
115 ANA dispondo de poucos recursos, cria os seus próprios programas com esta “receita” única e
116 disponível e diante desta conjuntura, concluiu que a resolução proposta não vai resolver este
117 impasse. O Sr. Décio complementou seus comentários, dizendo que conforme legislação atual,
118 apenas 7,5% dos recursos disponíveis podem ser utilizados com despesas de custeio, o que não é
119 suficiente para atender as reais necessidades da Agência, sendo necessário a utilização de
120 recursos fiscais para esta finalidade. Disse ainda que infelizmente, o contingenciamento de até
121 62% limita ainda mais a disponibilidade de despesas para custeio, lembrou inclusive que a
122 própria CTCOB sugeriu que quando das discussões do PL 1616, fosse proposto a ampliação
123 destes limites. O Sr. Rodrigo Speziali disse que para criar a ANA havia a necessidade da
124 existência de recursos específicos para esta finalidade, foi assim decorrente o estabelecimento do
125 percentual de 0,75% do Setor elétrico, que seria integralmente disponibilizado à ANA. Em
126 função destas ponderações, recomendou que se criasse um momento na CTCOB para se
127 aprofundar discussões sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Sr. Gualter, dizendo que o
128 0,75% se refere ao pagamento pelo uso da água pelo Setor Elétrico, rememorou ainda o
129 pagamento pelo uso da água que as PCHs estão se submetendo na Bacia do Rio Paraíba do Sul.
130 Solicitou informações atualizadas sobre as discordâncias existentes entre a ANEEL e ANA,
131 quando da aprovação da cobrança de 1% sobre a geração de energia, pelo uso da água naquela
132 Bacia. O Presidente da CTCOB respondeu que foi informado que o impasse existe e existiu, (não
133 existe compensação financeira sobre as PCHs, conseqüentemente elas não deveriam pagar pelo
134 uso da água) e que a AGU foi consultada, não sabe se houve resposta. Lembrou ainda o
135 Conselheiro Gualter que algumas PCHs já pagam para algumas prefeituras o equivalente a 1%
136 pelo valores decorrentes da geração de energia em troca, por exemplo, de manutenção de estradas
137 vicinais, entende que mesmo assim, estes fatos não deveriam ser extrapolados, como ocorreu no
138 CEIVAP. Percebe que há receptividade por parte das PCHs para o pagamento pelo uso da água,
139 mas desde que seja legal. Afirmou que a cobrança hoje feita pelo CEIVAP de 1% sobre os
140 valores auferidos pela geração de energia por parte das PCHs é ilegal. Sobre a cobrança no PCJ,
141 informou o Sr. Dalto que não haverá cobrança para as PCHs enquanto a AGU e ANEEL/ANA
142 não se manifestarem. Retomando as discussões sobre a proposta de resolução, o Presidente da
143 CTCOB perguntou se havia alguma sugestão à ementa, não havendo seguiram-se as sugestões
144 aos considerandos. Rodrigo Speziali sugeriu retirar todas as menções referentes à dupla
145 dominialidade, o Sr. Donizete sugeriu que o último considerando fosse mais explícito, o Sr.
146 Wilson ponderou que os considerandos deveriam ser descritos após discussão do mérito da
147 resolução, achava que muitos poderiam ser descartados. O Sr. Décio lembrou que mesmo sendo
148 redundantes, a CTCOB em outras oportunidades sugeriu que todos deveriam ser mantidos. Após
149 análises e discussões sobre os artigos 1.º e 2.º, foi analisada a emenda substitutiva, enviada pelo
150 Sr. Francisco Martinez, que sugere que a consulta aos comitês seja feita pelo CNRH e não pela
151 ANA. A defesa a redação original foi feita pelo Sr. Décio e foi suficientemente convincente.
152 Neste momento, iniciou-se uma discussão sobre o conteúdo das informações a serem solicitadas
153 provocada pelo Sr. Rodrigo Speziali. Quis saber o representante da SRH sobre os retornos

154 fornecidos pela ANA no que diz respeito à utilização dos recursos da Cobrança no ano anterior.
155 O Presidente da CT respondeu que na reunião de março último, a Agência apresentou pelos seus
156 técnicos como havia sido a destinação daqueles recursos, as informações respectivas foram
157 incorporadas ao Relatório 9 do GTAAC. Ainda sobre o artigo 3.º, o relator, Sr. Ednaldo, lembrou
158 que seria oportuno analisar também o anexo 1, mencionado no Artigo por conter nele as
159 informações a serem analisadas e que dariam origem às prioridades a serem analisadas aprovadas
160 e recomendadas pelo CNRH. Ponderou ainda o relator que era fundamental definir naquela
161 oportunidade se as informações seriam qualitativas ou quantitativas. O Sr. Rodrigo Speziali,
162 lembrando de outros Conselhos semelhantes ao CNRH, defendeu que as consultas deveriam ser
163 feitas de forma ampla e qualitativa. Disse ainda que independentemente de governo o que se
164 pretende obter junto aos Comitês e CERHs é um elenco de linhas prioritárias a serem sugeridas à
165 ANA. O Sr. Décio entende que o PNRH é que deveria propor as áreas ou temas prioritários, com
166 as consultas a serem feitas pode-se estabelecer uma ponte entre o PNRH e a Lei Orçamentária
167 Anual. O Sr. Rodrigo Speziali ponderou que ao se solicitar demandas quantitativas, podem ser
168 criadas expectativas que não serão atendidas, sobre o assunto e por pertinência recomendou que a
169 CTCOB criasse uma oportunidade para aprofundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal, para
170 melhor entendimento dos aspectos inerentes a recursos e ao próprio contingenciamento. O Sr.
171 Décio discorda da posição e defende que os recursos oriundos do setor elétrico deveriam ser de
172 fato uma receita vinculada, percebe que nem mesmo o GT Interministerial discutiu a fonte 134,
173 evidenciando assim o desinteresse para o aprofundamento do tema. Sendo assim, entende que
174 somente o elenco de informações qualitativas não irá provocar as reações que se espera. Sugere
175 que o recado a ser dado à Sociedade pelo CNRH é que os recursos disponíveis estão aquém das
176 reais necessidades estabelecidas pelo Comitês e CERHs. Concluiu, afirmando que o CNRH
177 deverá conhecer as demandas para ser possível agir politicamente, buscando a maior
178 disponibilidade possível dos recursos vinculados. O Sr. Rodrigo Speziali retomou os debates e
179 procurou deixar claro que todos devem mostrar sua indignação com respeito à não
180 disponibilização dos recursos arrecadados com o setor elétrico. Por outro lado, voltou a insistir
181 em não reunir como em um “balcão” uma demanda que a priori não será atendida, gerando assim
182 descrédito no processo. Neste momento da reunião, foi proposta uma pausa nas discussões da
183 proposta de resolução para iniciar o *Item 4 da pauta- Balanço do contrato de gestão entre ANA e*
184 *CEIVAP/AGEVAP-* O Sr. Wilde, técnico da ANA, iniciou sua apresentação(**PALESTRA**
185 **ANEXA**), relatando todos os antecedentes até a assinatura do primeiro contrato de gestão,
186 percebeu-se na agência que em função das demandas surgidas, houve a necessidade de uma
187 maior aproximação com as entidades delegatárias. Mostrou a visão da “Comissão de
188 Acompanhamento dos Contratos de Gestão”, explicando os procedimentos e rituais adotados
189 para analisar os relatórios semestrais, encaminhados pelas entidades delegatárias. Informou que a
190 comissão tem total autonomia para analisar, avaliar e criticar o relatório que após apreciação,
191 será enviado cópia do parecer e do próprio relatório à Entidade Delegatária, ANA e CNRH,
192 conforme determina a Lei 10.881, de 06/04. Todos os dados apresentados por ele estão
193 disponíveis com detalhes no site da ANA, da AGEVAP e do PCJ. Informou que as metas
194 estabelecidas para as entidades delegatárias podem ser adequadas aos valores efetivamente
195 arrecadados. Dando continuidade à sua apresentação, o Sr. Wilde relatou que a primeira fase do
196 contrato de gestão foi a de estruturação da entidade e dos processos de gestão. Em seguida, foram
197 elencados os indicadores de processo, de eficiência e de efetividade. Disse que a comissão, ao
198 analisar o relatório, atribui notas para os diversos indicadores que foram mostradas a todos. Na
199 segunda fase do contrato de gestão, foi dito que havia sido criada a equipe de negociação
200 composta por pessoas dos dois grupos, com o objetivo de melhoria do contrato, procurando
201 torná-lo mais objetivo e exequível. A equipe reuniu-se quatro vezes até o momento. Como
202 produtos da equipe, foram elencados os seguintes pontos: Definição objetiva das atribuições da
203 entidade, definição objetiva das atribuições da ANA, retirada de limitação salarial para os
204 funcionários, prorrogação da permanência da entidade AGEVAP até 2016, garantia de término

205 dos contratos pela ANA, rubrica única para os repasses. Foi também informado pelo Sr. Wilde
206 que os indicadores foram melhorados, adequados e reduzidos para 5, sendo 3 indicadores
207 técnicos e 2 gerenciamento interno e de efetividade. Quando das perguntas, o Conselheiro
208 Gualter solicitou informações sobre os valores já aplicados e o estágio atual dos projetos. Em
209 resposta, foi dito que todas as informações sobre os projetos e seu estágio de implantação
210 encontram-se disponíveis nos sites da ANA e AGEVAP, as fiscalizações são efetuadas pelo TCU
211 e demais entidades responsáveis. O Sr. Eneas solicitou informações sobre o tipo de empréstimos,
212 se a fundo perdido ou não. Foi dito que no momento apenas a fundo perdido, mas tentativas estão
213 sendo feitas para tornar os empréstimos, quando ocorrerem, mais atrativos. Um regra existe: O
214 recurso público não pode transformar-se em patrimônio privado. Atualmente, os maiores
215 beneficiários dos recursos são as companhias de saneamento. Sobre as características dos
216 empréstimos, comentou o Sr. Walder Suriani, que a questão deve ser analisada com maior
217 profundidade, porque o lucro na empresa pública é utilizado de forma diferente que na iniciativa
218 privada. Comentou ainda que o melhor indicador será aquele que venha a refletir questões
219 relacionadas à melhoria da qualidade da água. Em resposta, o Sr. Wilde lembrou que existe
220 cronologia na implementação da Política de Recursos Hídricos e dos seus instrumentos,
221 reconhece que nesta etapa, ainda não foi possível a utilização dos melhores indicadores, como o
222 de melhoria da qualidade das águas. O Sr. Walder Suriani, após elogiar o PRODES, perguntou se
223 o mesmo existe no CEIVAP. Em resposta, foi dito pelo Sr. Wilde que o PRODES está agora no
224 Ministério das Cidades. Anteriormente havia uma orientação para utilização de 50% dos recursos
225 no programa. O Sr. Rodrigo Speziali solicitou informações sobre como o TCU e CGU vêem o
226 papel da ANA neste processo. Foi dito que a responsabilidade da ANA está limitada na execução
227 e controle do Contrato de Gestão, notificando inclusive em caso de não cumprimento da
228 legislação vigente, como exemplo, realização de obra super faturada. Lembrou que a CEF é
229 também parceira no processo de fiscalização da aplicação dos recursos. O Sr. Jairo Lousa
230 registrou que gostou do que viu e ouviu, principalmente do trabalho das comissões, reconheceu
231 que o acompanhamento atual é ainda da construção da casa, mesmo assim acha válido.
232 Perguntou, quem havia dado as notas para a AGEVAP e se havia um indicador específico para
233 medir o grau de satisfação do usuário pagador. O representante da ANA respondeu que era a
234 comissão de acompanhamento e avaliação, em função do programa de trabalho contido no
235 próprio Contrato, com metas quantitativas e em função ou não do atingimento destas metas, são
236 atribuídas as notas. Sobre a satisfação dos usuários, foi dito que o IPEA, na pessoa do Sr.
237 Ronaldo Seroa da Motta, fez estudo a respeito e constatou que há satisfação dos usuários, salvo
238 da CSN que continua pagando em juízo. O Sr. Jairo recomendou que sejam respeitadas as
239 características de cada usuário. Finalmente, disse não concordar com o que está contido no
240 PNRH, no qual fica explícito que os grandes poluidores são o setor agrícola e o de saneamento. O
241 Sr. Décio fez as seguintes perguntas: - “O que a sociedade ganhou com a existência das entidades
242 delegatárias?,- qual foi o custo da implantação da cobrança na bacia?”- Em resposta, foi dito que
243 o fundamental é não desqualificar os indicadores, nestes últimos 1,5 anos percebeu-se que deve-
244 se evoluir com calma, reconhecendo que as notas não foram as melhores. Sobre os custos, foi
245 dito que os mesmos ficaram dentro dos 7,5% permitidos por lei para as atividades de custeio.
246 Continuou, dizendo que a ANA assumiu o compromisso de ajudar a implantar o modelo,
247 inevitavelmente, mesmo antes da AGEVAP, muitos investimentos haviam sido feitos na bacia, na
248 forma de convênios com dinâmica diferente da adotada no contrato de gestão, eram gastos
249 anualmente cerca de R\$450 mil reais para manutenção de um escritório técnico, hoje são gastos
250 ,anualmente, cerca de R\$500 mil reais com recursos da cobrança. Referindo-se a comemorações
251 ocorridas no dia anterior, foi dito pelo Sr. Wilde: - “pelas comemorações de ontem pôde
252 perceber que a euforia e as festas refletiam que os avanços eram positivos”. O Sr. Wilson
253 defendeu que a avaliação da agência devia ser feita pelo próprio comitê. O Sr. Décio aproveitou
254 para lembrar de críticas feitas anteriormente por técnicos da AGEVAP no que diz respeito à
255 excesso de exigências no contrato de gestão e se haviam ocorrido melhorias? Em resposta, o Sr.

256 Wilde disse que tudo que ocorreu à época era decorrente do momento vivido de início das
257 atividades, hoje as ferramentas são mais objetivas, transformadas em indicadores. Sobre a
258 participação dos comitês no processo de avaliação, concorda com o que foi dito. O sr. Rodrigo
259 Speziali concorda com o que disse o Sr. Wilson, acha que de fato os Comitês têm parcela de
260 responsabilidade no processo e devem ser ouvidos. *Item 5- Análise da Deliberação CEIVAP n.º*
261 *52/2005, nota técnica da ANA, e proposta de resolução ao CNRH relacionadas à “Metodologia*
262 *e critérios para a cobrança pelo uso das águas captadas, derivadas e transpostas da bacia do*
263 *Rio Paraíba do Sul para bacia do rio Guandu”.* Por solicitação do Presidente, o relator da
264 CTCOB fez breve retrospectiva sobre o assunto, mencionando inclusive ofício do CEIVAP,
265 delegando poderes para o Sr. Wilde representá-los naquela oportunidade. O Sr. Wilde foi direto
266 ao assunto, rememorando que a deliberação CEIVAP n.º 52, de 16/09/05 estabelece parâmetros
267 para repasse de recursos do Comitê do Rio Guandu/RJ para o CEIVAP, em função da
268 transposição de água daquela bacia que é utilizada para abastecimento de água na região
269 metropolitana do Rio de Janeiro. O percentual de 15% sobre os valores arrecadados na bacia
270 foram os valores acertados. Em seguida, o Sr. Wilde deu explicações básicas sobre o sistema de
271 transposição, dando inclusive explicações sobre as responsabilidades da Ligth, o usuário
272 outorgado, em seguida, passou a detalhar a nota técnica elaborada pela ANA. (VER CÓPIA
273 ANEXA). Após apresentação, foi mostrada uma proposta de resolução a ser encaminhada a
274 plenária do CNRH, preparada pela ANA, a qual difere da proposta de resolução preparada pelo
275 CEIVAP. O Sr. Wilde sugeriu que a CTCOB deveria se ater aos aspectos técnicos, deixando os
276 aspectos legais e institucionais para outras instâncias. Em princípio o Sr. Wilson concorda com
277 esta forma de “compensação”, mas recomendou que deveria haver um acordo tão logo houvesse
278 a aprovação da deliberação n.º 52. O Conselheiro Dalto, do PCJ, perguntou se os recursos
279 arrecadados iriam inicialmente para o Fundo Estadual, se afirmativo, como o CEIVAP iria gerí-
280 los e ainda, como seria emitida a cobrança, a quem e por quem? O Técnico da ANA disse que, de
281 fato, os recursos iriam inicialmente para um fundo estadual, posteriormente seriam transferidos
282 como cobrança ao CEIVAP. As outras dúvidas levantadas serão respondidas ou resolvidas
283 oportunamente. São questões jurídicas que continuam sendo analisadas para serem propostas, e
284 mais uma vez sugeriu que a CTCOB deveria avaliar e validar os mecanismos propostos,
285 concluiu, dizendo que o importante é que desta forma, está sendo criado um ambiente de
286 solidariedade entre o Comitê Guandu e o CEIVAP. O Sr. Gualter concorda que a cobrança tem
287 que ocorrer, deve ser efetuada, mas tem dúvidas com respeito à dominialidade adquirida após
288 transposição. Da mesma forma, o Sr. Rodrigo Speziali ponderou que deve-se avançar, aprovando
289 os mecanismos propostos, perguntou sobre o envolvimento ou não do CERJ no processo de
290 negociação e se foi feita alguma correlação para se saber o real valor do m3 a ser derivado da
291 bacia do Rio Guandu. Sobre o envolvimento do CERH/RJ, foi dito que o mesmo foi fortalecido,
292 sugerindo inclusive a criação da comissão especialmente criada para analisar o que foi proposto.
293 Sobre valores do m3, foi dito que são os mesmos hoje cobrados pelo CEIVAP. A Sra. Elizabeth,
294 informando sobre a CEDAE, disse que a sua empresa fez uma sugestão para redução dos valores
295 e não tiveram ainda resposta. Propuseram também efetuar os pagamentos com execução
296 comprovada de obras de saneamento, mas o comitê se sentiu incompetente para decidir,
297 informou que a empresa tem interesse em pagar, mas não concorda com os valores estipulados e
298 muito menos com a forma. Sobre a CEDAE, disse o Sr. Wilde que a CEDAE está adimplente em
299 outros municípios da bacia, cujos valores pagos são reduzidos, ponderou que a aprovação pelo
300 CNRH da metodologia proposta auxiliará as negociações com a CEDAE. O Sr. Jairo manifestou
301 também sua concordância com os mecanismos propostos, decorrente de um acordo, mas
302 comentou sobre seu receio que no futuro ocorra uma maior demanda que não possa ser atendida
303 e que venha a ser exigida para abastecimento. O Sr. Jaildo concordou que existia lacuna jurídica
304 como levantado por alguns, mas mesmo assim achava que a CT teria condições de aprovar os
305 mecanismos propostos, as pendências jurídicas seriam equacionadas pela própria comissão
306 especialmente criada e poderiam ter até caráter didático. O Sr. Décio rememorou o conflito de

307 agendas entre a CTCOB e o CEIVAP, imaginava que com a coordenação do GT-CEIVAP pela
308 Sra. Aparecida, isso não viesse a ocorrer, mesmo assim, agradeceu a presença do Sr. Wilde,
309 representando a ANA e o próprio CEIVAP. Comentou, em seguida, sobre as duas propostas de
310 resolução, encaminhadas respectivamente pela ANA e pelo CEIVAP, manifestou que as mesmas
311 não são convergentes. Sobre a NT apresentada pela ANA, foi dito pelo presidente da CT que a
312 mesma não atendeu a todas as ponderações e sugestões feitas quando da reunião n.º 42, contidas
313 em ata, fazendo com que a NT também não estivesse convergente com as decisões tomadas na
314 reunião anterior. Diante desta conjuntura, sugeriu que a NT deveria retornar à ANA para nela
315 serem acrescentadas as ponderações feitas, não só na reunião n.º 42, como também na atual
316 reunião de n.º 43. Como sugestão, recomenda a assinatura de convênio entre o CEIVAP e
317 SERLA para viabilizar o recebimento dos recursos, sem necessidade de deliberação específica
318 para tal. Complementou, dizendo que não há segurança jurídica necessária para a questão factual
319 de renúncia de receita. Recomendou alguns encaminhamentos:- Ativar o GT-CEIVAP para
320 acompanhar e participar da solução do problema- Buscar a convergência das resoluções
321 propostas.- Retornar a NT para serem acrescentadas explicações para os pontos levantados nas
322 duas reuniões, a serem formalizados em ofício.- Encaminhamento à CTIL de todas as dúvidas
323 jurídicas levantadas.- Propôs que a nova resolução sugira assinatura de convênio entre o
324 CEIVAP e o Estado do Rio de Janeiro para repasse dos recursos oriundos de pacto e não como
325 mecanismo de cobrança pelo uso da água. Sobre as sugestões do Sr Décio, foi dito pelo Sr.
326 Wilde que tão logo foi concluída a reunião da CT n.º 42, foi realizada reunião na ANA para
327 adequar a NT a subsidiar a decisão do CNRH. Reconheceu que outras colocações feitas,
328 relacionadas à operacionalização do acordo deliberado pelo CEIVAP são dúvidas também na
329 ANA. Disse ainda que concorda que há alguma insegurança jurídica, entretanto nos aspectos
330 técnicos explícitos na NT, o acordo ocorrido é de fato cobrança pelo uso da água, sugere que as
331 questões operacionais venham a ser resolvidas pelo responsáveis por ela, com os respectivos
332 ajustes legais. Concluídas as discussões, foram aprovadas as seguintes propostas de
333 encaminhamento. *1- Devolução da NT à ANA, relacionando em ofício específico todos os pontos*
334 *levantados na reunião n.º 42, a serem esclarecidos em uma nova NT. 2- Aprovar os mecanismos*
335 *propostos na NT, bem como a proposta de resolução encaminhada a ser remetida à CTIL. 3-*
336 *Elaborar e aprovar outra proposta de resolução que autoriza o CEIVAP a receber os valores*
337 *equivalentes a 15% do que for arrecadado pelo Comitê Guandu,,pela cobrança pelo uso dos*
338 *recursos hídricos, nos termos da Lei estadual n.º 4.247/RJ. 4- Sugestão de encaminhamento do*
339 *Sr. Wilde- Que seja encaminhada a matéria como está à CTIL, com todas as ponderações*
340 *registradas no ofício de encaminhamento, para serem discutidas em reunião conjunta com a*
341 *CTCOB.* A Sra. Elizabeth lembrou que, se de fato ficar caracterizado que o que está sendo
342 proposto não é cobrança, o assunto não deveria ser discutido na CTCOB, lembrou que estava
343 havendo um risco de transparecer que a CT está impedindo o avanço do acordo já estabelecido. É
344 de opinião que o assunto deveria ser discutido naquele momento. Não concordava com o
345 encaminhamento agora à CTIL, recomendou o recuo até que sejam respondidas todas as dúvidas
346 levantadas. Da mesma maneira, o Sr Jairo disse que não se sentia seguro para votar a matéria. O
347 Sr. Décio e Sra. Elizabeth concordaram com a reunião conjunta com a CTIL, desde que seja
348 apresentada uma nova NT com as respostas para todas as dúvidas jurídicas levantadas. Neste
349 momento foi encerrado o primeiro dia da reunião. Segundo dia da reunião com início às 9:30h,
350 com a presença de 8 membros. Por solicitação do Presidente da CT, o Relator elencou as 4
351 propostas de encaminhamento aprovadas no dia anterior relacionadas ao item 5 da pauta. Os
352 membros da CTCOB presentes iniciaram suas manifestações a respeito. Inicialmente, o Sr. Dalto
353 que aprovava o retorno da NT para melhor definição por parte da ANA, principalmente da
354 questão - “os entendimentos existentes entre o CEIVAP e Comitê do Rio Guandu se
355 caracterizam de fato como cobrança?” Acompanharam o representante dos Comitês, os
356 Conselheiros Gualter e Jairo Lousa. A Sra. Elizabeth recomendou que a matéria fosse também
357 encaminhada à CONJUR do MMA. Os demais membros da CTCOB presentes foram também

358 favoráveis ao retorno formal da NT à ANA, com ofício a ser enviado pelo Secretário executivo
359 do CNRH, elencando todos os pontos que necessitam de esclarecimentos. *Continuação Item 2-*
360 *Análise de proposta de resolução que regulamenta o Parágrafo 4.º do Art. 21 da Lei nº 9.984-* O
361 Sr. Décio rememorou as pendências decorrentes do anexo da proposta de resolução no que diz
362 respeito às informações a serem solicitadas, se quantitativas e qualitativas ou apenas qualitativas.
363 Chamou ainda a atenção para o artigo 8.º da resolução, no qual fica determinada a necessidade do
364 envio dos planos de aplicação dos recursos, informações estas quantitativas, por programas e sub
365 programas como previsto no PNRH. O Sr. Ednaldo, durante a retomada das discussões, alertou
366 para o conteúdo dos Artigos 1.º e 8.º da proposta de resolução, nos quais fica patente que serão
367 solicitadas informações qualitativas e quantitativas e não só com respeito aos recursos do setor
368 elétrico, mas também aqueles relativos à cobrança condominial. O Presidente da CT explicou
369 que a intenção é de respeitar as prioridades estabelecidas nos Planos de Bacia, mas por outro
370 lado, é de opinião que a qualificação para receber os recursos do setor elétrico deveria estar
371 condicionada à apresentação da destinação dos recursos oriundos da cobrança dos demais
372 usuários, quando esta já existir. Concorda que o anexo 1 como está, deverá ser refeito. Neste
373 momento, foi analisada a única emenda substitutiva, apresentada pelo Sr. Francisco Martinez
374 Júnior, sugerindo alterações no artigo 3.º. Basicamente, foi sugerido que o CNRH é que deveria
375 solicitar e analisar as informações e não a ANA, como está proposto. Mesmo com justificativas,
376 a emenda não foi acatada pelos presentes. Em seguida, as análises e discussões artigo a artigo
377 foram retomadas. Especificamente sobre os indicadores contidos nos artigos 4.º ao 7.º da
378 proposta de resolução, foi dito que no substitutivo só se fala da importância dos mesmos sem
379 explicitá-los, todos relacionados à efetividade da cobrança. A Sra. Adriani concorda que deva
380 haver uma nova resolução específica para tratar dos indicadores da cobrança, complementando o
381 Sr. Eneas sugere que o CNRH não deve entrar no âmbito e detalhamento de algo que é da
382 responsabilidade dos comitês. Sr. Wilson entende que as prioridades a serem estabelecidas
383 devam ser políticas, quantificadas ou não, acha que o CNRH em função das diversas demandas
384 surgidas deveria posicionar-se em grandes prioridades políticas. As prioridades técnicas seriam
385 definidas no Planos de Bacia, a resolução portanto, deveria possibilitar o estabelecimento de
386 linhas prioritárias macros. Diante desta conjuntura, foi sugerida a retirada dos artigos que
387 tratavam dos indicadores. Os membros da CT concordaram, permanecendo apenas o artigo 4.º do
388 substitutivo. O Sr. Dalto abordou, com base nos seus conhecimentos, que a resolução dê algum
389 indicador, exemplificando como fazê-lo, a forma como as informações e tipo das informações
390 devam ser encaminhadas. O Sr. Rodrigo disse que a sua discordância é com respeito à forma de
391 coleta dos dados. Prometeu que traria na próxima reunião um novo substitutivo que atenderia o
392 alcance dos objetivos do que estaria sendo proposto. Demonstrou, mais uma vez, sua
393 preocupação com desgastes decorrentes da captação de demandas que não serão atendidas ou só
394 seriam atendidas com o descontingenciamento. Concluiu, dizendo que o levantamento de
395 demandas específicas não ajudam no estabelecimento das macro diretrizes políticas pretendidas.
396 O Sr. Wilson lembrou sobre a importância no estabelecimento das prioridades, porque estas
397 poderiam inclusive subsidiar e compor o contrato de gestão que já deveria existir entre o MMA e
398 ANA. Retomando as discussões, o Sr. Demétrios disse que não vê como essencial a dominância
399 do PNRH sobre os Planos de Bacia, como contido no artigo 8 do substitutivo. Recomendou a
400 retirada dos incisos I, II, e III do artigo. Em defesa, o Sr. Décio disse que o que se pretende é a
401 sinergia e não o engessamento. A Sra. Elizabeth ponderou que pelo nível das divergências e de
402 falta de consenso, parecia que o grupo ainda não estava entendendo a real finalidade da
403 resolução. Sugeriu, em seguida, que fosse feita uma pausa na análise do substitutivo para nivelar
404 o grupo, se fosse o caso. Desculpou-se, finalmente, por não ter “feito o dever de casa”,
405 analisando anteriormente o substitutivo encaminhado. O Sr. Jairo comentou que, no momento,
406 trata-se de construir um caminho, um processo de comunicação de mão dupla entre o CNRH e os
407 demais componentes do SINGERH. Disse que há ainda um problema a ser resolvido em termos
408 do tratamento a ser dado às informações que viriam, como sistematizá-las e transformá-las em

409 macro políticas prioritárias. Entende que saber a demanda sobre os recursos disponíveis é
410 fundamental, inclusive, para tentar minimizar o contingenciamento ou para permitir a ampliação
411 de outros recursos fiscais. No início da tarde do segundo dia, o Sr. Gualter novamente pediu a
412 palavra para fazer um registro relacionado aos 0,75% acrescidos à compensação financeira que
413 incide sobre o setor elétrico, que já está ocorrendo antes mesmo dos comitês serem criados.
414 Comentou também que solicitou ao seu secretário que traga para dentro do MME a questão de
415 pagamento pelo uso da água por PCHs, o que já está ocorrendo em algumas bacias, concorda que
416 as PCHs devem pagar os mesmos valores previstos na compensação financeira, desde que seja
417 legal, por isso manifestou a ausência da ANEEL e ANA na discussão sobre o tema. Em seguida,
418 toda a CT retomou as discussões da proposta de resolução, a partir do artigo 8.º do substitutivo.
419 Sobre os procedimentos a serem adotados pela Secretária Executiva do CNRH no que se refere à
420 coleta de informações para o estabelecimento das prioridades a serem recomendadas à ANA. O
421 Sr. Rodrigo Speziali sugere que a ANA participe de todo o processo, desde a coleta das
422 informações até à sua sistematização, após, as mesmas seriam analisadas pela CT, para, em
423 seguida, serem encaminhadas à plenária do CNRH. O Sr. Ednaldo complementou, dizendo que o
424 encaminhamento à plenária do CNRH deverá ser feito através da CTIL, na forma de uma
425 resolução, com as prioridades elencadas, bem como os respectivos critérios adotados para o seu
426 estabelecimento. O Sr. Décio recomenda que os procedimentos ocorram como está proposto no
427 substitutivo. As informações, após manifestação das Cts, seriam sistematizadas e enviadas à
428 plenária do CNRH para a definição das prioridades. O Sr. Rodrigo Speziali, mais uma vez,
429 manifestou sua preocupação com o tipo de informação a ser solicitada. Pelo fato que as
430 resoluções do CNRH são vinculantes, mas não tem efeito de lei, o recebimento e envio de
431 projetos prioritários devidamente quantificados, pode causar obrigatoriedade à ANA, no que diz
432 respeito à sua execução, sem que haja recursos suficientes para tal. O Sr. Ednaldo também
433 manifestou sua opinião:- “o CNRH não deveria estabelecer como prioridades projetos e sim
434 grande áreas, grandes temas a serem considerados como prioritários”. O Sr. Décio voltou a emitir
435 sua opinião, dizendo que se o CNRH quiser, ele poderá chegar ao nível de projetos prioritários e
436 que mesmo que sua manifestação seja na forma de resolução, esta não tem efeito vinculante.
437 Concorde que, no momento, não é oportuno chegar ao nível de projetos para o estabelecimento
438 das prioridades pelo CNRH, por outro lado, vê como estratégico que a SRH deve analisar e
439 sistematizar as demandas de base, fazendo correlação às prioridades do próprio PNRH.
440 Manifestou que um dos objetivos do CNRH poderia ser o de contribuir com o estreitamento das
441 ações propostas pelas bases, no caso CERH e Comitês de Bacia. O Sr. Walder Suriani disse
442 admitir a possibilidade do CNRH devolver as informações recebidas, devido à sua formatação
443 complexa. O Sr. Décio admitiu que esta possibilidade existe, mas voltou a insistir que antes
444 dessas pressuposições, devemos, primeiramente, receber as informações. Posteriormente,
445 procurou colocar sua posição em termos de tratamento das informações. Entende o Presidente da
446 CTCOB que primeiro é fundamental que a prioridade a ser recomendada encontre “janela”
447 abrigo no PPA para receber a demanda; em seguida, disse ser importante que a proposta esteja
448 compatível com as prioridades do próprio PNRH. E finalmente, disse que é importante verificar
449 se é possível harmonizar as outras demandas com o disponível orçamentário existente. A reunião
450 foi encerrada às 16h, com as discussões do artigo 12 do substitutivo que após adaptação e
451 sistematização, recebeu o número de artigo 7.º do novo substitutivo.

452

453 Ata aprovada na 44.ª reunião da CTCOB, dia -14/09/2006 .

454

455

Décio Michellis Júnior

456

Presidente da CTCOB

457

458

Ednaldo Mesquita Carvalho

459

Relator da CTCOB